

# Governo cancela 98 aposentadorias

■ Funcionários públicos usavam certidões falsas, compradas de postos de benefícios do INSS, para aumentar o tempo de serviço

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O governo vai cancelar as aposentadorias de 98 funcionários públicos do Rio de Janeiro, que eram lotados na Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (a extinta CBIA). Esses servidores, usando certidões de tempo de serviço falsas, compradas nos postos de benefícios do INSS em Irajá e Quintino, aposentaram-se no período de 1991 a 1993. As portarias tornando sem efeito essas aposentadorias, que dão uma despesa anual de R\$ 1,04 milhão, serão publicadas no *Diário Oficial* de amanhã.

Todos estes funcionários deverão ser demitidos "a bem do serviço público" e condenados a ressarcir os cofres públicos. Para isso será instalada uma sindicância

administrativa-disciplinar conjunta dos ministérios da Administração e da Justiça. Eles também responderão a inquérito policial, alguns deles já instaurados pela Polícia Federal do Rio, depois de receber notícia crime da Procuradoria do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A investigação inicial, feita pelo INSS, concluiu que, dos 902 servidores inativos da fundação, pelo menos 400 utilizaram essas certidões falsas para contar tempo de serviço. Destes, já foram comprovados 98 casos de fraude. Outros 19 servidores, ainda na ativa, compraram tempo de serviço de uma quadrilha que operava dentro do INSS e que seria comandada pelos servidores Fraulen Mafalda de Souza e Silva e Jorgina Ferreira Gomes.

**Denúncias** — As fraudes começaram a ser apuradas em 1993, quando a então presidente do CBIA, Alda Marcantonio, recebeu denúncias anônimas e as levou ao ministro da Previdência, o atual governador do Rio Grande do Sul, Antonio Brito. Ele determinou que o INSS realizasse uma auditoria, que comprovou as fraudes.

Diante da descoberta, considerada "a ponta de um iceberg" por funcionários do Ministério da Justiça que administram o espólio do CBIA, a investigação deverá se es-

tender para todo o governo. O Ministério do Trabalho também está investigando uma denúncia de aposentadorias fraudulentas. A fraude, que não é reconhecida

pelos beneficiados no processo do INSS, não tinha nenhum grau de sofisticação e contava com a desorganização do INSS e a falta de fiscalização. Entre os aposentados estão desde ex-diretores de escola e funcionários graduados do CBIA até servidores mais humildes. Todos adquiriram certidões falsas para atestar tempo de

serviço, em alguns casos de meses ou 1 ou 2 anos. Há fraudes grosseiras, como a de um funcionário de 38 anos que comprovou 35 de serviço e a do servidor flagrado por ter feito o pagamento da certidão falsa com cheque pré-datado.

A operação de fraude era simples. O interessado procurava as servidoras Fraulen Mafalda e Jorgina Ferreira para fazer a contagem de tempo de serviço. Feito isso, elas ofereciam, mediante pagamento, certidões de tempo de serviço falsas. A investigação feita pelo INSS, indo diretamente a cada uma das empresas, acabou revelando que os dados da certidão não conferiam com os de seus registros. Comprovou-se que os servidores nunca tinham trabalhado na empresa da certidão ou até mesmo que a empresa nunca existiu.

---

**As fraudes começaram a ser investigadas em 1993 e incluem 400 servidores inativos, dos 900 da Fundação CBIA**

---